



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

AUTORIZA, em caráter excepcional, o Poder Legislativo Municipal de Pelotas a devolver, mensalmente, ao Poder Executivo Municipal de Pelotas valores recebidos da parcela duodécima não utilizados e dá outras providências.

Art. 1º. Autoriza, em caráter excepcional, o Poder Legislativo Municipal de Pelotas a devolver, mensalmente, ao Poder Executivo Municipal de Pelotas, os valores recebidos da parcela duodécima não utilizados durante o período em que as atividades presenciais na Câmara Municipal de Pelotas - por força da pandemia do Coronavírus (*Sars-Cov-2*), agente causador da doença *Covid-19* – que por este motivo permanecerem suspensas.

Art. 2º. Os valores a serem devolvidos ao Poder Executivo compreendem, de maneira não taxativa e sem prejuízo de outras despesas não exemplificadas nesta lei, as verbas destinadas ao custeio de:

- I- envio mensal de correspondência, através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- II- ligações telefônicas dos aparelhos fixos e celulares dos vereadores, incluída a internet móvel e os telefones fixos dos gabinetes;
- III- cópias xerográficas, incluindo-se encadernações, reduções e ampliações de material gráfico de uso dos vereadores;

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta em lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pelotas, 13 de abril de 2020.

VICENTE AMARAL

Vereador – PSD

Líder Comunitário

JUSTIFICATIVA

A presente lei, ora apresentada nesta Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, que autoriza, em caráter excepcional, o Poder Legislativo Municipal de Pelotas a devolver, mensalmente, ao Poder Executivo Municipal de Pelotas valores recebidos da parcela duodécima não utilizados é urgente, relevante e necessária, cuja elaboração se deu nesse período de isolamento em que me encontro após ponderar e considerar o que segue:

a) a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, classificou a disseminação do Coronavírus (Covid-19) como Pandemia;

b) o disposto na Lei Federal nº13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19);

c) o Decreto nº 55.128, publicado em 19 de março de 2020, pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul, declarando Estado de Calamidade Pública em todo o território do Estado, para fins de Prevenção e enfrentamento à Epidemia de Coronavírus (Covid-19);

d) considerando o Decreto Municipal de Pelotas nº 6.252, de 20 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Pelotas e dispõe acerca de medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de abrangência internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19);

e) considerando a Lei Municipal nº 6.797, de 26 de março de 2020 que autoriza a utilização dos valores existentes no Fundo para Sustentabilidade do Espaço Municipal (FUSEM) e no Fundo Municipal de Proteção e Recuperação Ambiental (FMAM) pela Administração Pública do Município de Pelotas, para enfrentamento da emergência em saúde pública de abrangência internacional, decorrente do novo Coronavírus (covid-19).

Portanto, sabedores, nós parlamentares de Pelotas, da gravidade da situação que assola o nosso planeta, país, estado e município e de que já foi autorizado ao Poder Executivo local a utilização de recursos oriundos dos Fundos Municipais, o

que demonstra a emergência iminente da necessidade de recursos financeiros para que o Poder Executivo possa enfrentar os desafios de toda a ordem causados pela pandemia que estamos a viver.

Pelotas, 13 de abril de 2020.

VICENTE AMARAL

Vereador – PSD

Líder Comunitário